

Termo de Referência 162/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
162/2023	370003-COORD. GERAL, DE LIC. CONT. E DOC /DGI/SE/CGU	FERNANDA CRISTINA DE OLIVEIRA	06/10/2023 12:06 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;		00190.110019/2023-78

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de 2 (duas) vagas, visando à inscrição de servidores da CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU), lotados na **CGCOF**, no **Curso sobre Auditoria Contábil via SIAFI com Análise de Balancete**, promovido pela **One Cursos - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação Ltda**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento destinada à CGU (Contratante):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Auditoria Contábil via SIAFI com Análise de Balancete	929 - Código 25232	participante	2	R\$ 2.290,00	R\$ 4.580,00

1.2. A modalidade da ação de capacitação será virtual.

1.3. O local da realização será em ambiente virtual 100% ao vivo.

1.4. A carga horária total é de 20 horas.

1.5. O período de realização é de 23/10/2023 a 27/10/2023, contados de 23/10/2023, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.580,00 (quatro mil quinhentos e oitenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO/DESCRIÇÃO CONTRATAÇÃO

2.1. Oportunidade e utilidade da capacitação em relação às atividades desempenhadas pelo(s) servidor(es):

A Controladoria-Geral da União (CGU), por intermédio da Coordenação Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças (CGCOF), dentre outras atribuições, realiza a análise e Gestão da Conformidade dos atos e fatos

contábeis, nos quais se incluem as ações de consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). A partir desse sistema é possível consultar os balanços e balancetes e identificar as falhas por inconsistências, irregularidades, saldos irrisórios, saldo alongados, dentre outros.

De acordo com o Conselho Regional do Estado do Ceará (CRC CE), a auditoria contábil compreende o exame de livros, documentos, registros e a realização de inspeções a fim de acompanhar o controle patrimonial da entidade. Esse exame tem por objetivo averiguar a exatidão dos registros contábeis e das demonstrações no que se refere aos eventos que alteram o patrimônio e sua representação.

Além desse acompanhamento patrimonial e de controle, a auditoria contábil também contribui na análise de diversos outros aspectos:

- a. 1. administrativo: redução de ineficiência
- b. 2. fiscal: cumprimento das obrigações fiscais
- c. 3. técnico: eficiência dos serviços contábeis
- d. 4. financeiro: resguarda créditos contra fraude e dilapidações
- e. 5. econômico: melhor exatidão dos resultados
- f. 6. ético: exame da moralidade do ato praticado
- g. 7. social: correta aplicação os recursos para fins sociais e ambientais

Ademais, para o órgão pode-se citar diversas vantagens pelo uso da auditoria contábil visto que, a partir dela, é possível: melhorar a eficiência dos controles internos, assegurar maior correção dos registros contábeis, opinar sobre a adequação das demonstrações, dificultar os desvios de bens patrimoniais e pagamentos indevidos de despesas, possibilitar a apuração de omissões nos registros, permitir melhores informações sobre a situação econômica, patrimonial e financeira, além de apontar falhas de organização administrativa.

Nesse sentido, a Coordenação Setorial de Contabilidade e Custos (SECON), integrante da CGCOF, desempenha um papel fundamental na realização da auditoria contábil. A Setorial utiliza a auditoria contábil, por intermédio do SIAFI para: (a) avaliar a conformidade dos lançamentos; (b) consultar despesas, restos a pagar, ordens bancárias, receitas, fornecedores, bens móveis, bens imóveis; (c) avaliar falhas de registro; (d) consultar balancetes; (e) consultar as demonstrações contábeis; (f) dentre outros. Além dessas atribuições, à Setorial cabe também a atribuição de instância de controle interno das informações produzidas pela Casa.

Desse modo, pela análise das competências realizadas pelos servidores da CGCOF, em especial aos que desempenham atividades no âmbito da SECON, verificou-se a oportunidade de capacitá-los a fim de melhorar os processos no que tange à consulta ao SIAFI, via auditoria contábil, a partir da análise dos balancetes.

A capacitação visa contribuir para atualização e aquisição de conhecimento dos servidores atuantes sob essa perspectiva. O curso Auditoria Contábil via SIAFI com Análise de Balancete possibilitará um melhor entendimento da plataforma, dos recursos e das suas formas de utilização, permitindo que os dados extraídos sejam úteis, relevantes e capazes de servirem como suporte para apoio e tomada de decisão.

Neste ínterim, pode-se citar algumas lacunas a serem mitigadas pela realização dessa capacitação, dentre outras:

- a. 1. Conformidade contábil;
- b. 2. Análise do PCASP;
- c. 3. Análise de Balancete;
- d. 4. Análise do CONRAZAO, CONDESAUD e CONDEMCON;
- e. 5. Análise de irregularidades, inconsistências, saldos irrisórios, saldos alongados;
- f. 6. Análise com foco na regularização a fim de evitar ressalvas, alertas e restrições;
- g. 7. etc

Por fim, de maneira a contribuir com a Casa, o servidor poderá disseminar o conhecimento adquirido compartilhando suas experiências, por intermédio de reuniões de equipe, palestras, seminários, produção de textos técnicos, relatórios, artigos, elaboração de material didático, promoção de cursos de capacitação interna, dentre outras formas.

2.2. Número do projeto de capacitação do e-Aud:

A capacitação está registrada no e-Aud da seguinte forma:

Projeto de capacitação ID # 1521351

Solicitação de orçamento ID # 1521366 - inscrição

2.3. Número do item do Documento de Formalização da Demanda – DFD:

250/2023

2.4. Explicitar a notória especialização e a inviabilidade de competição (para os casos de inexigibilidade):

O art. 74, III, da Lei nº 14.133/2021 determina que é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de "contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: (...) f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;"

O § 3º do mesmo artigo traz a definição da notória especialização como sendo "o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato."

A notória especialização demonstra a razão da escolha do fornecedor ou executante, nos termos do inciso III, do art. 74, da Lei n.º 14.133/2021, da doutrina e da jurisprudência.

A One cursos é uma empresa sediada em Brasília/DF especializada em treinamento, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos para organizações públicas e privadas e atua em diversas capitais, promovendo cursos abertos e fechados (in company), treinamentos, simpósios, seminários, conferências, workshops, auditorias, consultorias etc. Seus cursos são ministrados por profissionais qualificados, consultores, conferencistas e professores especializados em diversas áreas, selecionados dentre os melhores do mercado

A escolha da One Cursos para a realização do Curso de Auditoria Contábil via SIAFI com Análise de Balancete deveu-se justamente pelo fato de a empresa possuir notória especialização em matéria de Auditoria Contábil (SUPER 2962826). A empresa já ministrou cursos em diversas áreas e emitiu Atestados de Capacidade Técnica, dentre os quais é possível citar: o do Instituto Federal Campus Rio Verde/GO (2963295), o do Tribunal Regional Eleitoral do Acre (TRE AC) (SUPER 2963297), os do Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe (TRE SE) (SUPER 2963299 e 2963300), o do Tribunal Regional do Trabalho 7ª região (TRT 7) (SUPER 2963302) e o do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRT BA) (SUPER 2963305). Além dessas qualificações a One cursos possui como valores a excelência na prestação dos serviços e a promoção da ética profissional, requisitos estes imprescindíveis e que estão alinhados às características técnicas exigidas pela Controladoria Geral da União (CGU).

Outro aspecto avaliado na escolha da instituição foi quanto à qualificação do instrutor do curso. O Curso de Auditoria Contábil via SIAFI com Análise de Balancete será ministrado pela Instrutora Rosaura Haddad a qual é graduada em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB); Graduada em Administração pela Universidade Católica de Brasília e pós-graduada em Análise de Sistemas pela FUNCEP. Foi ex Consultora do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, atuando junto a SEFAZ/AL no Desenvolvimento/Implantação Sistema de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Estado de Alagoas - SIAFE/AL. No ano 2020, foi Auditora Chefe da NOVACAP. Na Associação Brasileira de Orçamento Público (Abop) é professora da disciplina de Administração Orçamentária e Financeira e Contabilidade Aplicada ao Setor Público, coordenadora dos cursos de SIAFI e Tesouro Gerencial e atua na capacitação de gestores públicos em todo o país. É instrutora com experiência há 34 anos, participando da implantação do SIAFI DA UNIÃO em 1987 e implantação do SIAFE/ALAGOAS em 2018, além de ser Consultora Contábil no Setor Público (SUPER 2963400). Rosaura é autora do livro Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 2ª edição- 2017 que foi elaborado para atender os alunos da Universidade Aberta do Brasil – UAB. O livro é amplamente utilizado por Universidades Federais em todo país (SUPER 2963405)

Desse modo, é possível inferir que o trabalho da One Cursos é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato, amoldando-se aos requisitos exigidos pelo art. 6º e art. 74, inciso III, alínea f da Lei 14.133/2021, quanto ao conceito de notória especialização, dentre outros, restando demonstrada a inviabilidade da competição por inexigibilidade licitatória.

2.5. Justificativa do preço:

Como acima mencionado, a licitação é inexigível para contratação de serviços prestados por profissionais e empresas com notória especialização, no que se refere a treinamentos e capacitações de pessoas.

Nesse caso, portanto, não cabe falar em menor preço, uma vez que a escolha do curso não é determinada pelo seu valor. Entretanto, conforme art. 72, VII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é imprescindível que seja justificado o preço que será pago para o evento. Essa justificativa ocorre por meio da comprovação da razoabilidade do valor cobrado pela empresa.

Dessa forma, buscou-se demonstrar essa razoabilidade com a comparação do preço cobrado pela empresa One Cursos em outras capacitações oferecidas a outros órgãos, em que o tema era o mesmo da presente contratação: Auditoria Contábil via SIAFI com Análise de Balancete.

A seguir é possível analisar, a partir de um quadro comparativo, a razoabilidade dos valores ofertados pela empresa One Cursos a outros órgãos/entidades contratantes e à Controladoria Geral da União (CGU):

Nº Super	Entidade/Órgão Público	Participantes	Valor Cobrado	Modalidade	Ano
2963321	Secretaria de Economia e Finanças	3	R\$ 1.690,00	Online	2022
2963322	TRE DF	2	R\$ 1.690,00	Online	2022
2964019	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso S. da Fonseca	1	R\$ 2.290,00	Online	2023

A One Cursos apresentou proposta de R\$ 2.290 (dois mil duzentos e noventa reais) por aluno, ou seja, valor equivalente aos cobrados em outras contratações, evidenciando, portanto, a **vantajosidade** para a Administração Pública.

3. OBJETO

3.1. O objeto desta ação é a contratação de 2 (**duas**) vagas, visando à inscrição de servidores da CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, lotados na CGCOF, da Secretaria Executiva - SE, no curso de Auditoria Contábil via SIAFI com Análise de Balancete promovido pela One Cursos Treinamento e Desenvolvimento.

3.2. O conteúdo programático é o seguinte:

1. CONTROLE - PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

1.1 Entendimento da Entidade, do seu ambiente e a importância dos Controles Internos

2. CONCEITOS

2.1 Relevância;

2.2 Materialidade;

2.3 Restrição Contábil;

2.4 Inconsistência Relevante;

2.5 Controle Interno

3. SETORIAL DE CONTABILIDADE

- a) Setorial Contábil de Órgão
- b) Setorial Contábil de Órgão Superior

4. RESPONSABILIDADE PELA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

- 4.1 Profissional em Contabilidade

5. DO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO:

- 5.1 Por que do PCASP?

- 5.2 CARACTERÍSTICAS E ESTRUTURA DO PCASP;

- 5.3 INDICADORES DE SUPERÁVIT FINANCEIRO (ISF); 5

5.4 TABELA DE EVENTOS E O ISF; 11.5 QUINTO NÍVEL DA CONTA CONTÁBIL – IMPORTÂNCIA PARA FINS DE CONSOLIDAÇÃO;

6. AFIRMAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- 6.1 Existência;

- 6.2 Ocorrência;

- 6.3 Integralidade;

- 6.4 Direitos e Obrigações;

- 6.5 Exatidão, Valorização e Alocação;

- 6.6 Corte; 12.7 Classificação e Compreensibilidade

7. PROCEDIMENTOS PARA REGISTRO DA CONFORMIDADE CONTÁBIL

- 7.1 Ausência Ou Incidência De Ocorrências Contábeis

- 7.2 Classificação Das Ocorrências Contábeis

7.3 Instrumentos Para O Levantamento Das Ocorrências Contábeis Transações no SIAFI, no NOVO SIAFI e no TESOURO GERENCIAL

8. SIAFI –Análise de balancetes para avaliar a presença de possíveis irregularidades, inconsistências e trilhas de auditoria (>BALANCETE):

ASSUNTOS RELACIONADOS

·CONFORMIDADE CONTÁBIL DO BALANÇO GERAL DA UNIÃO

·RESPONSABILIDADE PELO REGISTRO ·RESPONSABILIDADE PELA INFORMAÇÃO CONTÁBIL COMPETÊNCIAS DAS SETORIAIS/SECCIONAIS DE CONTABILIDADE

·PRAZOS PARA REGISTRO DA CONFORMIDADE CONTÁBIL

·TRANSAÇÃO >CONFECMES; >ATUCONFCON

·CALENDARIO DE FECHAMENTO DO MES

Transação: >ATUFECMES - ATUALIZA CALENDÁRIO FECHAMENTO Transação: >CONFECMES - CONSULTA CALENDÁRIO FECHAMENTO

·CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO

Transação: >ATUCONFREG - ATUALIZA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO

Transação: >CONCONFREG

. CONSULTA CONFORMIDADE DE REGISTRO DE GESTÃO

·CONFORMIDADE CONTÁBIL

Transação: >ATUCONFCON - ATUALIZA CONFORMIDADE CONTÁBIL

Transação: >CONCONFCON

- CONSULTA CONFORMIDADE CONTÁBIL

·ROL DE RESPONSÁVEIS

Transação: >ATUUG - ATUALIZA UG

Transação: >ATUAGENTE

- ATUALIZA AGENTE RESPONSÁVEL SIAFI WEB

- CONDEMCOM;

- CONDESAUD;

- CONRELDES

- INCRELDES.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os eventuais materiais impressos utilizados e disponibilizados, devem ser passíveis de reciclagem, visando a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade ambiental.

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1. Ação de desenvolvimento e capacitação de curta duração, com 24 horas de duração em empresa reconhecida em sua área de atuação.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Tomar todas as providências necessárias para a execução do objeto desta contratação, dentro dos parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela instituição promotora do evento, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis;

5.2. Executar os serviços contratados tempestivamente, dentro do prazo negociado, atendendo aos requisitos de qualidade exigidos;

5.3. Manter, durante o período de prestação dos serviços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

- 5.4. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante, atendendo prontamente a quaisquer reclamações;
- 5.5. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Contratante;
- 5.6. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionados à execução do objeto, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;
- 5.7. Encaminhar a Nota Fiscal e documentação de conclusão dos participantes à Contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o final da ação de desenvolvimento e capacitação.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 6.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
- 6.2. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações e os esclarecimentos eventualmente necessários à prestação dos serviços;
- 6.3. Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do objeto;
- 6.4. Efetuar o pagamento devido pela prestação dos serviços, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas;
- 6.5. Aplicar à Contratada as penalidades cabíveis.

7. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

- 7.1. O objeto desta contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da contratação, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente ou outra data a ser acordada pelas partes.
- 7.3. A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, as partes do objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.4. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da contratação, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 7.5. Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto desta contratação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 7.5.1. A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto desta contratação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.6. As comunicações entre a CGU e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.7. A CGU poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.8. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da contratada junto ao SICAF.

8. DA ADEQUAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

8.1. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.1.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento, sempre que a contratada:

8.1.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9. DO PAGAMENTO

9.1. No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, deverá ocorrer a liquidação da despesa, em conformidade com o que dispõe o art. 7º da Instrução Normativa SEGES nº 77, de 4 de novembro de 2022.

9.1.1. A liquidação da despesa engloba: ateste da Nota Fiscal - NF (preenchimento do Termo de Atesto de Recebimento); encaminhamento da NF, juntamente com o certificado de conclusão do curso para a Coordenação de Desenvolvimento e Capacitação - CDCAP; emissão do Relatório de Fiscalização Simplificado pela CDCAP, e; encaminhamento das informações ao setor de pagamento da CGU.

9.1.2. Para fins de início da contagem do prazo de recebimento de que trata o caput, a Nota Fiscal deverá conter o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, bem como a compatibilidade da NF com as demais condições constantes da proposta da contratada e aceitas pela contratante.

9.1.2.1. Para a execução do pagamento de que trata este subitem, a contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, a Controladoria-Geral da União, CNPJ nº 26.664.015/0001-48;

9.1.2.2. Caso a contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

9.1.3. O pagamento será efetuado à contratada por intermédio de Ordem Bancária, que será emitida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da liquidação da despesa, conforme dispõe o art. 7º da Instrução Normativa SEGES nº 77, de 4 de novembro de 2022.

9.1.4. A emissão da ordem bancária será efetivada após a Nota Fiscal/Fatura ser conferida, aceita e atestada definitivamente, e ter sido verificada a regularidade da Contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais e federais, conforme cada caso.

9.1.5. A critério da contratante, poderão ser utilizados os créditos existentes em favor da contratada para compensar quaisquer possíveis despesas resultantes de multas, indenizações, inadimplências contratuais e/ou outras de responsabilidade desta última.

9.1.6. No caso de eventual atraso de pagamento e, mediante pedido da contratada, o valor devido será atualizado financeiramente, desde a data a que o mesmo se referia até a data do efetivo pagamento, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$AF = [(1 + IPCA/100)N/30 - 1] \times VP, \text{ onde:}$$

AF = atualização financeira;

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa;

N = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e a do efetivo pagamento; e

VP = valor da etapa a ser paga, igual ao principal mais o reajuste.

9.1.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

9.1.7.1. Não produziu os resultados acordados;

9.1.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

9.1.7.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

10. SANÇÕES CABÍVEIS

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do objeto;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do objeto que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do objeto;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o objeto ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a contratação ou a execução do objeto;

10.1.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do objeto;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores.

10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

10.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. Advertência pelo cometimento da infração do subitem 10.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.2. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações administrativas previstas nos subitens 10.1.1 a 10.1.12 deste Termo de Referência;

10.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

10.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 10.1.8 a 10.1.12 deste Termo de Referência, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência, em hipótese alguma, prejudica a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11. FORMA/CRITÉRIOS SELEÇÃO FORNECEDOR

11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, f, da Lei n.º 14.133/2021.

11.2. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do CNJ

11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

11.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

11.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

11.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

11.12.1. Habilitação Jurídica:

11.12.1.1. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento probatório de seus administradores;

11.12.1.2. Ato de autorização para o exercício da atividade de prestação de serviços de treinamentos para Auditores Internos.

11.12.1.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.12.2. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

11.12.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.12.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.12.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.12.2.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.12.2.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.12.2.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

11.12.2.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.12.2.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.12.2.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

11.12.3. A contratada poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF.

11.12.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação (**2023NC000561**):

Gestão/Unidade: 37001 Diretoria de Gestão Corporativa da CGU

Fonte de Recursos: 1.000.000.000

Programa de Trabalho: 173735

Elemento de Despesa: 339039

Plano Interno: 200105

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Depois de efetuada a inscrição em ação de desenvolvimento e capacitação, o cancelamento da participação do servidor deverá ser comunicado à CDCAP, por escrito, pelo dirigente da unidade organizacional, visando à possível substituição por outro servidor, com antecedência mínima, conforme determina o art. 67 da Portaria Normativa CGU nº 11, de 03 de junho de 2022.

13.2. Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do ajuste, fica fixada a Seção Judiciária Federal do Distrito Federal.

13.3. Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 165, da Lei n.º 14.133 /2021.

13.4. A Nota de Empenho terá força de contrato, conforme prevê o art. 95, da Lei n.º 14.133/2021.

Brasília, 22 de setembro de 2023.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDA CRISTINA DE OLIVEIRA

Auditora Federal de Finanças e Controle



Assinou eletronicamente em 06/10/2023 às 12:06:37.